

CLUBE JUVENIL: A VEZ E A VOZ DAS JUVENTUDES NO ENSINO MÍDIO INTEGRAL DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ALAGOAS

Edvaldo Albuquerque dos Santos ¹
Elaine Cristina Santana de Oliveira ²

RESUMO

O presente artigo apresenta uma discussão sobre a atividade complementar do Programa Alagoano de Ensino Integral (Decreto nº 50.331 de 12 de setembro de 2016), sobre a forma de organização das juventudes nas escolas de ensino médio da rede pública do estado de Alagoas, através da implantação do Clube Juvenil. É impressionante como a cultura docente da escola ainda decide os rumos a serem trilhados pelos estudantes. O Clube Juvenil é um espaço criado com caráter de empoderamento do protagonismo juvenil, espaço e tempo no qual os jovens estudantes são convocados a participarem, apresentando, nessa atividade pedagógica, seus interesses e escolhas de vida, não apenas acadêmica, mas sobretudo emocional, cultural, esportiva e artística, ou seja, um momento de estar junto aos seus pares e criar e desenvolver ações importantes para o desenvolvimento da cultura juvenil tão necessária em nossas escolas e comunidades. Sobre os aspectos discutidos relativos as juventudes, as várias contribuições teóricas a partir das reflexões de Dayrell (2006, 2007), Abrantes (2003) entre outros.

Palavras-chave: Ensino Médio Integral, Clube Juvenil, Juventudes.

INTRODUÇÃO

O Clube Juvenil é uma das atividades complementares ofertadas obrigatoriamente dentro do Programa Alagoano de Ensino Integral - pALei pela rede estadual de ensino de Alagoas. Atende e constitui-se um direito público e subjetivo para aqueles que buscam alternativas para uma formação integral. Por isso, faz parte da ampliação da jornada escolar, enquanto implementação de um currículo diferenciado que possibilita ao jovem estudante do ensino médio o desenvolvimento de aprendizagens significativas e emancipatórias necessárias ao planejamento e execução do seu projeto de vida.

Assim, o Clube Juvenil do Programa Alagoano de Ensino Integral instituído na rede estadual prevê que a formação do jovem estudante seja feita além das unidades de ensino com participação da família e da comunidade, efetivando aprendizagens que venham a atender

¹Técnico Pedagógico da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas e membro do Grupo de Pesquisa sobre Juventudes, Culturas e Formação, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, professoredvaldo@uol.com.br

²Técnica pedagógica da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, elainecristinadeoliveirasantan@gmail.com

suas necessidades e interesses, desenvolvendo seu potencial enquanto sujeitos, considerando tantos os aspectos da formação acadêmica como social em suas mais diversas dimensões (emocional, cultural, social etc).

O protagonismo juvenil tem no Clube Juvenil um espaço e um tempo privilegiado. É indiscutível que criar um espaço é um aspecto importante na ação educativa para as juventudes. Hoje, os jovens são desafiados a vivenciar sua autonomia, atuando como protagonistas de suas próprias vidas, com base nos valores éticos, sociais, políticos e culturais para fazer suas escolhas.

Assim, nesse contexto de oferta diferenciada de atividade pedagógica cria-se a possibilidade de um “encontro de jovens”, o clube juvenil. Os clubes juvenis possibilitam no espaço escolar e fora dele uma interação entre os sujeitos jovens, com saberes e diferentes experiências de vida. Isto permite aos jovens estudantes discutirem juntos em função dos seus interesses e necessidades pessoais e coletivas e, assim, modificarem suas vidas e das pessoas próximas, ultrapassando o espaço escolar.

Os Clubes Juvenis são crias dos jovens estudantes a partir de uma determinado interesses pessoais, que juntos em interesses afim formam o clube. Os membros do clube planejam e executam atividades que proporcionam estudos, pesquisas, relatos de experiências, reflexões e discussões sobre os aspectos relacionados ou não à vida escolar. Este trabalho estará articulado e integrado as juventudes no espaço escolar considerando a forma de ser e de se relacionar de cada um consigo e com o mundo.

1 Programa Alagoano de Ensino Integral faz 5 anos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 e as Diretrizes Curriculares Nacional para o Ensino Médio de 2012 confere um caráter de forma legal à condição do Ensino Médio como parte integrante da Educação Básica nacional, isso significa que o Ensino Médio é a etapa de um processo educacional considerada fundamental para o exercício da cidadania, base para o acesso às atividades produtivas, para o prosseguimento nos níveis mais elevados e complexos da educação e, conseqüentemente, para o desenvolvimento pessoal dos jovens, conferindo sua interação com a sociedade e sua inserção nela.

Portanto, é importante destacar que a formação do Ensino Médio busca o desenvolvimento da cidadania e a oportunidade de proporcionar aos jovens o desenvolvimento de aprendizagens significativas e emancipatórias necessárias ao

planejamento e execução do seu projeto de vida (debate indispensável durante seu processo formativo nessa etapa de ensino) e novas perspectivas culturais para que possam ampliar seus horizontes, garantir o protagonismo juvenil e o desenvolvimento da autonomia intelectual, assegurando-lhes a produção coletiva de novos conhecimentos, sem perder de vista que a educação é a ferramenta que proporciona o acesso ao exercício de diversos direitos sociais, como bem descreve as diretrizes de 2012.

O Programa Alagoano de Ensino Integral foi instituído através do decreto nº 40.207 de 20 de abril de 2015, e reestruturado pelo decreto nº 50.331 de 12 de setembro de 2016, que orienta que a formação das juventudes seja feita, além das unidades de ensino, com participação da família e da comunidade, oportunizando a esses jovens uma aprendizagem eficiente, que venha a atender suas necessidades básicas enquanto cultura juvenil, valorizando o seu potencial, considerando adolescentes e jovens como sujeitos, que trazem também para as escolas suas vivências e conhecimentos que enriquecem seu processo de aprendizagens.

O Ensino Médio ofertado na rede estadual na forma de ensino integral não atenta apenas a ampliação da jornada pedagógica nas escolas, e sim, uma organização de tempos e espaços pedagógicos através da implementação de um currículo diferenciado, com aprendizagens significativas e emancipadoras, destinando ao estudante oportunidades para que este aprenda a desenvolver práticas que irão subsidiá-lo na reflexão, o organização e execução do seu projeto de vida.

O modo organizativo do Programa visa perceber a condição escolar dos jovens como possibilidade privilegiada para o exercício de saberes escolares e não escolares, em que o protagonismo juvenil é um aspecto importante do seu percurso educativo. O jovem será desafiado a viver sua autonomia, tornando-se apto a atuar como protagonista de sua própria vida, tendo como parâmetro os valores éticos, para realizar suas escolhas. Também será instigado a desenvolver o sentimento de solidariedade o que o tornará capaz de conviver com as diferenças no conjunto social, além de apoiar e cooperar com a comunidade na construção de uma sociedade menos desigual. Desse modo, esse jovem será capaz de pôr em prática as competências e habilidades adquiridas e desenvolvidas tornando-se um sujeito produtivo no meio em que vive.

A implantação do Programa na rede estadual de ensino teve início em 2015 com a Escola de Educação Básica e Profissional Marcos Antônio Cavalcanti Silva, em Maceió. Em 2016, foram implantadas 16 escolas, abrangendo todas as 13 Gerências Regionais de Ensino; em 2017, foram implantadas mais 18 escolas e em 2018, mais 12 escolas, totalizando 47

escolas de ensino integral. Dessas, 13 escolas são de ensino médio integral integrado à educação profissional.

Desse modo, para atender a uma forma organizativa curricular diferenciada, o Programa é instituído com propostas de ações que cumprem as leis estabelecidas de âmbito nacional e estadual. O Programa é estruturado com uma oferta de ensino em 5.400 horas, distribuídas em 3 anos com nove horas diárias de atividades escolares.

A estrutura organizacional se fundamenta em quatro elementos básicos para atender os estudantes: Base Nacional Comum Curricular, pela Parte Diversificada e pelas Atividades Complementares. Os Laboratórios de Aprendizagem, também como possibilidade de acompanhamento e orientação didático-pedagógico, e realização de atividades de progressão e recuperação, quando necessárias. Os docentes, desenvolvendo atividades com os estudantes de forma coletiva e individual na escola, promovendo a integração do currículo. E por fim, a equipe gestora, com as atividades de gestão, suporte e eventual atuação pedagógica pelos diretores geral e adjunto. Toda essa organicidade pedagógica deve estar em consonância e integrada ao currículo, ao projeto pedagógico e ao regimento da escola.

As Atividades Complementares são desenvolvidas com base nos macro-campos: aprofundamento da aprendizagem, experimentação e iniciação científica, cultura e arte, esporte e lazer, tecnologias da informação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, promoção da saúde, mundo do trabalho e geração de renda. São atividades de caráter sistemático que possibilitam estimular o Protagonismo Juvenil e contribuir de forma significativa para a construção do Projeto de Vida dos estudantes. Para atender uma matriz, numa perspectiva de currículo diferenciado, foram propostas e sistematizadas as seguintes Atividades Complementares no Programa: Projetor Integrador, Estudos Orientados, Oferta Eletiva, Proturma (Docente Orientador de Turma) e Clube Juvenil. Esse último, de interesse e aprofundamento nesse artigo.

2 O Clube Juvenil: seu conceito, seu contexto

O Clube Juvenil é um espaço criado para as juventudes onde poderão desenvolver diversas atividades relacionadas às suas experiências e necessidades no intuito de propiciar a autonomia, o trabalho em equipe, a auto-organização e tomadas de decisões, entre outras. Segundo Dayrell (2006), é fundamental que a escola nas suas discussões e decisões possibilite experiências culturais significativas no âmbito da sociabilidade juvenil.

Um aspecto fundamental dos clubes juvenis é a possibilidade de interação entre os

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

sujeitos, com conhecimentos, características e diferentes experiências de vida. Isso permite aos jovens desenvolverem ações juntos em função dos seus interesses, buscando transformações pessoais e coletivas, que ultrapassem o espaço escolar. Além da interação com diferentes pessoas, formar parcerias e alargar seu repertório de conhecimentos.

Os clubes juvenis são organizados a partir de determinados interesses do estudantes. A partir daí, os integrantes dialogam, refletem, planejam e executam atividades que proporcionam estudos, pesquisas, relatos de experiências, reflexões e registro das discussões sobre os aspectos relacionados ou não à vida escolar. Esse trabalho estará articulado e integrado às juventudes no espaço escolar, considerando a forma de ser e se relacionar de cada um com o mundo.

Sistematicamente, algumas orientações são importantes. O primeiro passo para se criar um clube juvenil é conhecer bem o projeto político pedagógico da escola e definir o que é possível fazer como contribuição as atividades coletivas da escola e da comunidade.

Na escola, já existem diversos de agrupamentos, o que possibilita serem articulados em forma de clubes, como por exemplo, o Clube de Estudos, o Clube da Matemática ou de Teatro, outro em que se proponha discutir a Preservação Ambiental ou o Clube do Jornal Escolar. Esses são alguns exemplos de clubes juvenis já em andamento nas escolas da rede estadual de ensino.

Dessa forma, não é difícil pensar/planejar/criar o clube, pois assim, pode-se aliar o que os estudantes gostam de fazer com algo que seja interessante de compartilhar com seus pares, na escola e na comunidade.

Existe muito a ser feito em atendimento as juventudes, especialmente no espaço escolar. Muitos trabalhos interessantes para quem busca conhecer melhor o mundo do qual faz parte e nele ser inserido de forma ativa, principalmente quando se tem a perspectiva de que esse mundo seja muito melhor.

Para que um Clube Juvenil seja forte e atuante é fundamental planejar sua organização. Por isso, é muito importante que todos saibam o que cabe a cada um fazer no clube, afinal, ele deve ser desenvolvido pelo conjunto de muitas forças. É necessário que todos desenvolvam suas potencialidades e capacidades e que elas sejam aplicadas em diversas atribuições de acordo com as funções que desempenharão e das quais serão responsáveis. Para que as ações planejadas pelo clube tenham bons resultados, muito trabalho e dedicação de todos serão necessários.

O clube é constituído a partir da divisão e definição de atribuições de acordo com as potencialidades e desempenho de cada um, visto que agiliza e dinamiza as ações e atividades,

deixando que o desenvolvimento dessas ações seja feito de forma mais prazerosa e interessantes para os envolvidos, pois são exigidas de todos os participantes coisas diferentes e a troca de experiências entre os membros do grupo é bem mais eficaz.

Um bom plano de trabalho para as atividades do Clube é critério indispensável, pois essa organização ajudará o grupo a saber o que fazer, para que fazer, como e quando fazer.

Estruturar o clube, como já foi dito, é de extrema importância porque é isso que fará com que todos os seus membros trabalhem para alcançar metas comuns com bons resultados satisfatórios para todos. Para que os resultados sejam satisfatórios é importante seguir um modelo de organização que atenda às necessidades do clube, ou seja, não se pode determinar uma ação, atividade ou tarefa que não terá utilidade ou não se relaciona com a ideia proposta pelo clube.

Então para a estruturação é necessário seguir alguns princípios básicos: Necessidades do grupo - perceber o tamanho da equipe e o grau de compreensão que os membros têm dos temas que serão trabalhados são de fundamental importância. É assim que a divisão das tarefas acontece de maneira que todos trabalhem naquilo onde possuem mais potencialidades. Depois que o clube estiver bem estruturado, a partir da definição das potencialidades de cada um, pode ser iniciado um processo de troca que viabilizará o aprendizado de coisas novas no desenvolvimento de outras tarefas do clube. Isso se o clube estiver em pleno funcionamento; Demandas de trabalho do clube - aqui é importante considerar o tamanho do trabalho para cada área em que o grupo pretende atuar, ou seja, a equipe tem que ser proporcional ao tamanho do trabalho. Não adianta contar com mais pessoas do que realmente a necessidade indica; Interação e comunicação que se pretende manter - esse ponto mostra que, dependendo do tamanho e da organização da equipe, problemas na interação e comunicação entre os sujeitos participantes pode comprometer e atrapalhar todo o trabalho.

Tendo como parâmetro essas questões, é sempre importante ficar atento à complexidade da organização de um agrupamento, pela dificuldade provável em manter o grupo articulado e se comunicando de maneira eficaz.

Um outro ponto importante desse trabalho é o contrato de convivência, e serve de base para regular as atividades de cada participante comprometido em cumprir cada um dos seus tópicos. Apresenta os seguintes itens como condição de ideais de comportamento do coletivo: cada integrante atuará como jovem protagonista conhecedor dos quatro pilares da educação (Aprender a ser, aprender a aprender, aprender a fazer e aprender a conviver); O respeito mútuo será ponto de honra dos integrantes de maneira que cada um desenvolva a cooperação, a união, respeito e a organização no desenvolvimento de suas atividades; Fica determinado

que o comportamento e a realização de avaliações periódicas servirão como elementos determinantes para mobilização nas atividades do clube; É permanentemente proibido qualquer expressão que revele a falta de respeito entre os integrantes do clube; É permanentemente proibido qualquer tipo de agressão, discriminação, desunião e qualquer tipo de atitude que vá de encontro aos direitos individuais e coletivos dos membros do clube; Será desligado da Banda o integrante que tiver frequência inferior a 75% das atividades anuais; As punições referentes às suspensões das atividades serão deliberadas pelo responsável da atividade a elas relacionadas; As punições referentes à exclusão do quadro de integrantes, serão analisadas pela mesa diretora do clube; Serão aplicadas provas objetivas periodicamente para avaliar o nível de aprendizado da equipe.

Cada clube precisa ter seu nível de organização e elaborar seu próprio plano de ação e seu contrato de convivência.

Não se pode deixar de lembrar que o clube juvenil, além de ajudar a dinamizar com atividades diferenciadas a escola, deixa-a mais atraente, deve ser uma atividade prazerosa para quem o executa, unindo protagonismo e satisfação.

Não existem receitas padronizadas para todos os clubes. Esses precisam ter sua autonomia de gestão, até porque cada clube terá sua necessidade e essa com certeza será diferente dos outros clubes, porque estamos lidando com agrupamento de juventudes diversas.

É fundamental que, ao se criar um clube, seja destinado tempo para pensar na sua execução, na sua atuação e na sua contribuição para a comunidade escolar, principalmente para os jovens, que inclusive podem nem estar na escola. Os clubes não devem ser criados com um fim neles mesmos, mas prezar pelo aprendizado dos membros e participantes da comunidade escolar.

Ao participarem dos clubes juvenis, os jovens desenvolverão algumas competências que levarão na sua bagagem de experiências para o resto das suas vidas. Por isso, destaca-se mais uma vez o quanto é importante saber escolher bem em qual atividade se envolver e se dedicar com alegria, mas com muita responsabilidade.

Algumas competências desenvolvidas nas práticas e vivências em protagonismo juvenil e nos clubes juvenis deverão ser objetivas, tais como: planejamento; capacidade de dialogar; organização; autonomia (capacidade de decidir); espírito de equipe e liderança; desenvolvimento pessoal e senso de responsabilidade; aprender a conviver com as diferenças; compartilhamento de experiências; curiosidade; respeito às opiniões; capacidade de refletir sobre temáticas importantes; compartilhamento de informações com os membros da comunidade escolar; busca de soluções para problemas.

É preciso lembrar que, no processo de formação dos clubes, o que se pretende com sua criação e a forma de organização possuem um elemento comum: a necessidade de se trabalhar em equipe. E isso não é uma coisa fácil, pois se está lidando com a heterogeneidade, ou seja, cada cabeça é um mundo.

No entanto, essa heterogeneidade, se bem aproveitada, pode ser bastante significativa porque enriquece o trabalho, desde que todos estejam dispostos a fazer o que for necessário em busca de algo maior como investir no projeto de vida dos envolvidos.

Deve-se lembrar que as pessoas estão sempre se relacionando, interagindo umas com as outras, mesmo entre aquelas em que nem sempre haja empatia, sendo assim, esforçar-se para aprender a conviver é um investimento necessário e os resultados disso são bastante satisfatórios.

Ressalta-se que todo o trabalho do clube, desde a sua concepção, processo criativo, organizacional e execução, tem o apoio e monitoramento da equipe gestora da unidade escolar. O clube, independentemente da proposta de trabalho a ser desenvolvida, tem o suporte profissional da equipe gestora com o objetivo de assegurar o desenvolvimento das ações e a comunicação direta com a comunidade da qual faz parte.

As ações desenvolvidas deverão ser discutidas com o Conselho Escolar para apreciação e considerações, como forma de diálogo e reflexão das atividades na perspectiva de atender aos anseios e necessidades das juventudes da comunidade escolar.

3 Escola e participação juvenil

Os jovens hoje são outros! Essa máxima descreve o comportamento dos jovens em nossos dias. E uma das características é a autonomia em várias situações do cotidiano, principalmente nas instituições representadas pelo mundo adulto, e mais especificamente a escola. Essa autonomia pode ser constatada através de suas identidades construídas ao longo dos tempos, o que muitos autores consideram como identidades culturais.

Dentre as instituições adultas as quais os jovens se deparam e que é debate sobre sua influencia nas identidades juvenis, a escola é uma das mais importantes nessa construção de identidades. Para Abrantes (2003, p. 94)

os jovens não são simplesmente à escola: apropriam-se dela, atribuem-lhe sentidos e são transformados por ela. Se parte deles sente o processo de escolaridade como imposição, uma violência, a que se resiste ou que se

abandona, para outros esse processo é um suporte fundamental na construção do percurso de vida e do projeto identitário. Em qualquer um dos casos, a escola constitui hoje uma das instituições fundamentais em torno das quais os jovens estruturam as suas práticas e discursos, os seus trajectos e projectos, as suas identidades culturais

Como aponta o autor, é bastante claro que a escola é construção social, porque é uma teia de relações que a compõem por seus jovens estudantes, professores e funcionários, que desenvolvem ações e que atribuem sentido a essas ações enquanto sujeitos sociais, assim, sujeitos escolares. Nesse contexto, é visível que os sujeitos fazem escolhas, e essas escolhas são essencialmente as diferenças que buscam reconhecimento social. Assim, temos socialmente a afirmativa de que a identidade do sujeito é muito mais uma escolha do que uma imposição advinda de qualquer uma das instituições adultas as quais participam cotidianamente.

É urgente e necessário que a escola fomente o debate sobre o papel dos jovens na escola e a construção das identidades juvenis. Essa seara é estudada por Dayreel (2007, p. 1106), ao compreender que:

[...] Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescenta à sua formação, tornando-se cada vez mais uma 'obrigação' necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. Parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores e jovens se perguntando a que ela se propõe.

Compreender essa problemática apontada pelo autor é de fundamental importância, bem como a percepção de realidade intrínseca aos desejos, necessidades e anseios dos jovens. As mudanças as quais o mundo vem apresentando desafia os jovens e cria neles tensões que traduzem um processo de socialização das novas gerações com as instituições adultas que resultam em mutações diversas, o que resultam formas de viver dos jovens com seus próprios tempos e espaços sociais.

A participação dos jovens no espaço escolar é uma das questões que podemos considerar como importante na formação juvenil. Criar espaço de discussão sobre participação implica levar em consideração dois princípios que nos alertam para a formação teórica: aprendizagem de valores, conteúdos sócio-históricos, regras institucionais, etc, além

da criação de espaços e tempos que possibilite a experiência cotidiana para o exercício da participação na própria escola e fora dela, principalmente seu entorno, ou seja, sua comunidade.

No Ensino Médio a discussão da participação é um caminho da formação para o exercício da coletividade, no caso da formação integral exige-se que tratemos da temática juventude e participação junto a sua relação com a escola. Se é realidade que a participação dos jovens em grupos esportivos, culturais e religiosos ou a participação de jovens em movimentos sociais, associações comunitárias e movimento estudantil, por exemplos, essa participação deve ser algo que pode ter uma relação com a escola. Portanto, investir nessa relação é fundamental para reconhecimento de territórios.

A ideia de participação é ampla e diversa. Há vários sentidos para a palavra participação e várias formas de vivê-las nos espaços coletivos. Em um sentido mais aberto, a participação nos leva a ideia de adesão das pessoas em agrupamentos surgidos nas mais diversas situações do cotidiano da sociedade, e na escola de forma bastante explícita. Em um sentido mais estrito, a condição de participação nos remete à presença ativa das pessoas nos processos decisórios das sociedades. E essa condição das organizações sociais tem a ver com sentido da política nos mais diversos espaços.

Portanto, no Programa implantado na rede estadual de ensino, os espaços e tempos da participação são garantidos e promovem a educação para a vida pública e o aprendizado da cidadania e dos valores democráticos. Assim, possibilitamos com o Programa que a experiência participativa é, por sua própria natureza, uma experiência educativa e formativa.

A experiência participativa representa uma das formas de os jovens vivenciarem processos de construção de ações coletivas através de plano de atividades. Além disso, a experiência participativa também é importante por permitir a vivência de valores, como os da solidariedade e da democracia, e o aprendizado da alteridade. O que significa em última instância, aprender a respeitar, perceber e reconhecer o outro e suas diferenças. O exercício da participação pode ser, então, uma experiência rica e indispensável para a vida dos jovens estudantes, um efetivo caminho que se contrapõe a uma sociedade que, ao individualizar, enfraquecer ideias, valores e práticas relacionadas à dimensão coletiva da sociedade.

A dimensão educativa e formativa da participação dos jovens estudantes propicia o desenvolvimento de habilidades críticas, de convivência, de respeito às diferenças e liderança, dentre outras capacidades relacionadas com o convívio na esfera pública. Um jovem, por exemplo, que participa do Clube Juvenil na escola, de uma associação comunitária ou de um grupo de capoeira pode se tornar uma liderança positiva na sala de aula. O engajamento

participativo pode aumentar seu estímulo para novas aprendizagens, melhorar a escrita e provocar o desenvolvimento da capacidade de argumentação para a defesa de pontos de vista. Nesse sentido, a participação pode ser entendida enquanto um processo educativo que potencializa os processos de aprendizagem no interior da escola. E, da mesma forma, pode contribuir para a constituição de amplos processos formativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta de educação integral na Rede Estadual de Ensino de Alagoas se constitui como um atendimento ao direito público e subjetivo da ampliação e permanência com qualidade social desses sujeitos nos espaços e tempos educativos com uma proposta pedagógica de organização curricular pela seleção de conhecimentos construídos socialmente e desenvolvidos em práticas educativas, articulando vivências e saberes dos jovens, possibilitando o desenvolvimento socioafetivo e cognitivo.

É importante compreender que cada clube intencione garantir a qualidade das suas atividades na elaboração do seu próprio Plano de Ação e seu Contrato de Convivência.

Não se pode deixar de lembrar que o Clube Juvenil, além de ajudar a melhorar a escola, deixando-a mais atraente, deverá ser de atividades significativas para quem dele participa, unindo protagonismo e satisfação. Não existem formas padronizadas para todos os clubes. Cada clube terá a sua autonomia de gestão, porque terá suas particularidades, o que o torna diferente dos demais clubes, pelo fato de se estar lidando com a diversidade de jovens que constituem o clube de atuação.

Nesse sentido, vale ressaltar que, ao se criar um clube, será destinado tempo para pensar a execução, a atuação e a contribuição para a comunidade escolar, principalmente para os jovens dessa comunidade. Os clubes não devem ser criados com um fim neles mesmos, mas prezar pela aprendizagem e construção de valores pelos membros participantes da comunidade escolar.

Ao participarem dos clubes juvenis, os jovens desenvolverão competências importantes para sua formação escolar e atuação no contexto social em que vive e para a sua história de vida. Por isso, destaca-se mais uma vez o quanto é importante a escolha da atividade para atuar com interesse e responsabilidade.

Diante da realidade apresentada nas escolas públicas estaduais do ensino médio em Alagoas, faz-se necessário aprofundar as análises que possam compreender a escola e os seus jovens estudantes. Para isso, é necessário unir forças em busca de uma educação participativa,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

de convivência democrática com as diferenças e capaz de oferecer novos caminhos para a prática educativa. Isso quer dizer que o Clube Juvenil reúne, de forma bastante dinâmica e atraente, as várias possibilidades de diálogos com a escola e entre os próprios jovens, dando vazão a um mergulho na própria condição juvenil na contemporaneidade.

Espera-se que essa política, contribua efetivamente para a formação integral dos jovens do ensino médio, garantindo-lhes a oportunidade de inserção social e profissional mais efetiva, condição sedimentada nos princípios do Programa pela diversidade das práticas pedagógicas e personificação do ensino, a gestão participativa com foco no protagonismo dos estudantes, e por fim, a necessária integração das unidades de ensino com o seu território, com suas famílias e com seus agentes.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Pedro. *Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade*. Sociologia, Problemas e Práticas. Nº 41, 2003, pp. 93-115.

ALAGOAS. Decreto 40.207 de 20 de abril de 2015. Diário Oficial do Estado de Alagoas. Publicado em 22 de abril de 2015. Ano 103. Número 74. p. 1-2. Maceió. Alagoas.

_____. Decreto 50.331 de 12 de setembro de 2016. Diário Oficial do Estado de Alagoas. Publicado em 13 de setembro de 2016. Ano 104. p. 12-13. Maceió. Alagoas.

_____. Documento orientador do Programa Alagoano de Ensino Integral – pALei. 2018.

DAYRELL, Juarez. *A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil*. Educ. Soc., Campinas, vol.28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out.2007.

_____. *A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil*. Texto apresentado no Simpósio Internacional “Ciutat.edu: nuevos retos, nuevos compromissos”, realizado em Barcelona, em outubro de 2006.

DUTRA, Paulo F.V. *Educação integral no estado de Pernambuco: uma política pública para o ensino médio*. Recife: Editora UFPE, 2014.

SILVA, Anderson B. *Clube Juvenil: quem faz, porque faz e como se faz?* (s.n.t)

2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude “Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos”. 2015. Disponível em: <http://juventude.gov.br/profile/conferencia>

Acesso em 07 de março de 2017.